

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO POR MEIO  
DA BIBLIOMETRIA:  
UM LEVANTAMENTO SOBRE  
POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADO DE  
TRABALHO E A REGIÃO DO GRANDE  
ABC.**

**INFORMATION MANAGEMENT  
THROUGH BIBLIOMETRICS:  
A SURVEY ON PUBLIC POLICY,  
LABOR MARKET AND THE REGION  
OF THE GREAT ABC.**

*Lourdes Valeria de Cillo<sup>1</sup>  
Luis Paulo Bresciani<sup>2</sup>*

**Resumo**

Este estudo tem como objetivo identificar e quantificar a produção científica de artigos, teses e dissertações, publicados no período de 1984 a 2012. Foi feito um estudo bibliométrico, considerando as publicações de instituições acadêmicas e de pesquisa, localizadas nas proximidades da região do Grande ABC, na área metropolitana de São Paulo. A coleta de dados secundários considerou uma combinação de palavras-chave como Políticas Públicas, Mercado de Trabalho e Região do Grande ABC. Evidencia-se que, a partir de 2007, as publicações dobraram e, em 2008, concentrou-se um número maior de publicações, demonstrando que os estudos científicos estão oferecendo subsídios para o desenvolvimento socioeconômico local/regional.

**Palavras-chave:** Região do Grande ABC; políticas públicas; mercado de trabalho.

**Abstract**

This study aims to identify and quantify the scientific production of articles, theses and dissertations, published from 1984 to 2012 a bibliometric study was done; considering the publications of academic and research institutions, located near the region of Great ABC, at the São Paulo metropolitan area. The secondary data collection considered a combination of keywords like Public Policy, Labor Market and the Greater ABC Region. It is evident that from 2007 publications doubled in 2008 and focused a greater number of publications demonstrating that scientific studies are giving subsidies to local/regional socioeconomic development.

**Key-Words:** Great ABC Region; public policy; the labor market.

<sup>1</sup> Administradora de Empresas. Especialista em Recursos Humanos e Gestão de Educação a Distância. Mestranda em Administração. Professora do Ensino Superior e Técnico Profissionalizante em Administração. E-mail: lourdes.cillo@uscs.edu.br

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas.

## 1. INTRODUÇÃO

As teorias do desenvolvimento local revisitadas especialmente a partir dos anos 1980 apresentam um enfoque multidisciplinar onde a presença de uma força de trabalho qualificada e com uma bagagem educacional destacada segue como característica relevante para trajetórias regionais bem-sucedidas (KLINK, 2001; LLORENS, 2001). A partir especialmente da década de 1990, no caso brasileiro, surgem políticas públicas de âmbito federal, por intermédio do Ministério de Trabalho e do Emprego, para apoiar os trabalhadores nesse processo.

No mesmo período, também os Estados e municípios contribuem para a criação de políticas públicas voltadas aos mercados de trabalho dos respectivos territórios, processo que permite a configuração de ações dirigidas às suas realidades e necessidades, por meio de programas locais ou regionais.

O Grande ABC ocupa uma posição de destaque no cenário socioeconômico da região metropolitana de São Paulo pela sua localização geográfica, pela sua produção na área industrial, comercial e de serviços, e também pelas suas iniciativas de gestão regional compartilhada, com governança estruturada formalmente desde os anos 1990, quando são criados o Consórcio Intermunicipal e a Agência de Desenvolvimento Econômico da região.

Um dos eixos estruturantes desse contexto é o mercado de trabalho, que se destaca na história do desenvolvimento socioeconômico da região desde o processo original de industrialização, a partir dos anos 1930, merecendo uma série de estudos na área de políticas públicas.

O presente trabalho foi desenvolvido com a perspectiva de identificar a produção acadêmica centrada nas temáticas das políticas públicas, do mercado de trabalho, e da região do Grande ABC, visando especificamente: a) identificar a produção recente de instituições acadêmicas e científicas da região ou presentes no seu entorno; b) identificar a evolução cronológica da produção científica; c) identificar a evolução quantitativa de publicações nas temáticas abordadas.

Dessa forma, o presente estudo busca contribuir para os estudos sobre políticas públicas para o mercado de trabalho do Grande ABC, posicionados no campo da Administração e em estudos interdisciplinares no período entre 1984 e 2012, por meio da

identificação de artigos, teses e dissertações publicadas, que apresentam as palavras-chave: Grande ABC; Políticas Públicas e Mercado de Trabalho e tem como objetivo quantificar as publicações encontradas de acordo com as categorias: a) tipo de publicação; b) período da publicação; c) veículo de publicação.

## 2. CONCEITOS E CONTEXTOS

A contribuição dos estudos científicos na área das Ciências Humanas e Sociais vem se apresentando como uma ferramenta indispensável no campo da Administração. Muitas ações organizacionais baseiam-se em conceitos teóricos e fundamentados, originados por meio de estudos e pesquisas científicas que amparam as tomadas de decisões para a criação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico das regiões e municípios. Este estudo apresenta os conceitos e a fundamentação contextual das políticas públicas e mercado de trabalho, definidos como palavras-chave e utilizados como critério para a pesquisa das publicações científicas através de ferramentas da bibliometria.

O Grande ABC faz parte da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), sendo composto por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Encontra-se também em algumas literaturas como Região do ABC ou Grande ABC. Possui uma população de aproximadamente 2,6 milhões de habitantes, de acordo com o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgado no ano de 2010, e caracteriza-se como uma região com significativa importância para o desenvolvimento econômico do Brasil (IBGE, Censo 2010).

Com vocação industrial, o Grande ABC a partir dos anos de 1950 tornou-se o maior aglomerado industrial da América Latina pelos investimentos do setor metal-mecânico, do setor químico, da presença de multinacionais e pela formação de pequenas e médias empresas, e também pela constituição de uma classe operária e de um sindicalismo ativo e com poder de pressão política (RAMALHO, RODRIGUES e CONCEIÇÃO, 2009).

A partir dos anos de 1990, a região passou por uma crise devido ao processo de reestruturação produtiva global, resultando no fechamento de fábricas, aumento do desemprego e deslocamento de investimentos produtivos para outras localidades, impulsionando a criação de instâncias institucionais com o objetivo de propor alternativas

e novas estratégias regionais de desenvolvimento (CONCEIÇÃO et al., 2010).

Segundo Secchi (2013), os anos 1950 demarcam o estabelecimento da área de estudos de políticas públicas. Pode-se considerar como política pública o conjunto de ações que visam à resolução de problemas públicos concretos em setores que necessitam intervenção, bem como garantir o acesso efetivo da população aos direitos constitucionais.

Deve ser pensada a partir do diagnóstico dos problemas que demandam intervenção governamental. O diagnóstico representa uma leitura da realidade, ou seja, a compreensão e a sistematização dos problemas e necessidades das famílias, assim como o conhecimento de suas características culturais e socioeconômicas (SECCHI, 2013).

Para Heidmann e Salm (2010), a política é a “alocação oficial de valores para toda a sociedade”, entendida como ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo para resolver questões gerais e específicas da sociedade, sistematizando o “fato político básico”. É essencial ao conceito de política que contenha meta, objetivo e forma de implementação.

A política pública é de ordem descritiva quando existe conformidade com o que se pode observar na prática. Segundo Heidmann e Salm (2010), a política pública diz respeito a tudo o que os governos decidem fazer ou não fazer. Os ciclos conceituais das políticas públicas compreendem quatro fases: a) decisões políticas para resolver problemas sociais previamente analisados; b) implementação das ações; c) satisfação das demandas; d) avaliação da continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou descontinuidade.

Por seu turno, Mendonça (2012) aponta que a distribuição da riqueza está ligada à estrutura produtiva e tem relação direta com o binômio capital/trabalho, seja no que tange à quantidade de trabalhadores incorporados, quanto no valor total da produção.

A articulação entre as dimensões econômica e social se apresenta também na recente transformação do mundo do trabalho, em contexto de globalização, reestruturação produtiva, reforma nas legislações trabalhistas e nos sistemas de negociação coletiva (CEPAL/PNUD/OIT, 2008).

O mercado de trabalho no Brasil está sob a competência do Ministério de Trabalho e do Emprego (MTE) e o país participa em diferentes organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização

Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo de ampliar a igualdade social e reduzir as disparidades existentes (CEPAL, 2010).

O MTE tem como característica também a elaboração e análise de indicadores socioeconômicos para o desenvolvimento de estratégias e ações, por meio da cooperação de instituições como o DIEESE, a Fundação SEADE e da produção de dados internos a partir do CAGED e da RAIS.

Como apoio ao sistema de emprego, o Brasil gerou políticas públicas voltadas a amparar o trabalhador desocupado, ofertando apoio financeiro através do seguro-desemprego, intermediação e programas de qualificação profissional. Entre essas políticas públicas estão: FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS criado em 1967; Seguro-desemprego criado em 1986, Serviço de intermediação criado em 1976; SINE – Sistema Nacional de Emprego criado em 1975 para possibilitar a inserção e a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho através de intermediação, qualificação e divulgação de informações para a geração de trabalho e renda (MTE, 2003).

A criação do SINE nos anos de 1970 pode ser considerada o início da formação de um sistema público de emprego no Brasil. Com fundamento na Constituição de 1988, foi criado e regulamentado o FAT no final da década de 1980. Essa ação significou um grande avanço institucional para o sistema público de emprego, que passou a contar com recursos constitucionais específicos para o financiamento de suas ações, que além de qualificar os trabalhadores, apoiam programas de geração de emprego e renda através de linhas de crédito com condições especiais.

Em 1994, foi criado o Programa de Geração de Emprego e Renda no setor urbano (PROGER Urbano), expandindo as políticas ativas de geração de emprego e renda, com recursos do FAT. Entre 1995 e 2005, foram criados 13 programas ou políticas ativas de geração de emprego e renda por meio de linhas de crédito especiais, como um conjunto considerável de iniciativas em nível federal, estadual e municipal, com o objetivo de melhorar a escolaridade, a formação profissional e a inserção dos jovens no mercado de trabalho (CEPAL/PNUD/OIT, 2008).

O desenvolvimento econômico e social de um país, tanto no âmbito regional ou local, para ser bem-sucedido, requer um mercado de trabalho dinâmico com coesão social. Segundo a CEPAL (2010), um mercado de trabalho dinâmico é a manifestação mais evidente de um processo de desenvolvimento econômico e social bem-sucedido.

Como mencionado na seção anterior, as teorias do desenvolvimento local ressaltam a presença de uma força de trabalho qualificada e com uma bagagem educacional relevante como característica proeminente para trajetórias regionais eficazes (KLINK, 2001; LLORENS, 2001).

A experiência internacional sugere que o crescimento econômico sustentado é importante para o sucesso no combate às desigualdades e a maneira como a riqueza é criada e distribuída é que influencia na construção de sociedades mais prósperas e justas.

Diante desse ponto de vista, a questão do trabalho como elo articulador entre crescimento e desenvolvimento humano é fundamental. Estimular segmentos com alta capacidade de geração de empregos de qualidade deve ser uma prioridade das políticas públicas (CEPAL/PNUD/OIT, 2008).

As políticas de emprego sempre foram marcadas por uma imprecisão conceitual e pelo debate político, e ganharam maior importância nas primeiras décadas do século XX, sob um contexto de desemprego em massa (DEDECCA et al. 2007 *apud* OLIVEIRA, 2009).

As políticas de emprego podem ser concebidas em sintonia com as políticas econômicas quando orientadas para a busca do pleno emprego e integradas às políticas sociais, quando alcançam um caráter mais amplo e abrangente, a exemplo da Previdência Social, como também podem se restringir a ações isoladas nas áreas do seguro-desemprego, da intermediação, da qualificação profissional, etc. (AZEREDO e RAMOS, 1995).

Segundo Oliveira (2009), todas as políticas públicas econômicas (macroeconômica, agrícola, industrial) e sociais (educação, saúde, previdência, habitação, assistência social) têm sempre importantes repercussões sobre a dinâmica do mercado de trabalho.

A Convenção 88 da OIT propôs a adoção de serviços públicos e gratuitos de emprego organizados como sistemas nacionais, compostos de escritórios descentralizados territorial e administrativamente, sob a coordenação de um órgão central, dotados de controle social, através da constituição de comissões tripartites com representações de governos, trabalhadores e empregadores (AZEREDO e RAMOS, 1995).

O referencial teórico aqui utilizado foi embasado entre outros no Livro “Situação do Mercado de Trabalho no Brasil na primeira década de 2000” publicado em 2012, pelo DIEESE, com a colaboração do Governo Federal e com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística em 2010, que retrata a população brasileira, segundo suas características e regiões, com a finalidade de demonstrar a situação nesse período.

Esta pesquisa baseou-se nos fatos ocorridos entre 2001 e 2012 para a análise do mercado de trabalho no Brasil e na pesquisa “1ª Análise”, elaborada pelo SEADE, publicada em 2013, para o período entre os anos de 2003 e 2012, com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), com enfoque para a Região Metropolitana de São Paulo, destacando-se os dados para a sub-região Sudeste que caracteriza o Grande ABC.

Vale notar que as perguntas que orientaram a produção do livro do DIEESE (2012), “Situação do Mercado de Trabalho no Brasil na primeira década de 2000” foram: qual é a situação dos trabalhadores brasileiros? O que lhes aconteceu após uma década de mudanças na economia brasileira com impactos positivos sobre o mercado de trabalho?

Segundo o DIEESE (2012), o mercado de trabalho no Brasil foi marcado por uma desestruturação na última década do século XX, pela elevação das taxas de desemprego a patamares nunca vistos no país, e pelo crescimento significativo das formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho, decorrente de uma série de razões como baixas taxas médias de crescimento, abertura comercial e financeira desregulada, perda da importância do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações e outras.

As políticas governamentais adotadas ao longo da década de 2000, como metas de inflação, política de valorização do salário mínimo, políticas de transferência de renda, expansão do crédito e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho através da geração de empregos, formalização e aumento da renda, foram fatores que contribuíram para o crescimento econômico do Brasil (DIEESE, 2012).

A correlação entre crescimento da economia e expansão do emprego não é a única determinante da geração de postos de trabalho, conforme foi observado em 2009, que apesar da forte queda do PIB, o mercado de trabalho continuou apresentando melhorias, com continuidade no processo de formalização do emprego com a geração de quase um milhão de novos postos com carteira assinada, recuperação de renda e estabilidade das taxas de desemprego. O ritmo de crescimento possibilitou importantes avanços na reestruturação do mercado de trabalho, com elevação do ritmo de geração de empregos formais e melhoria de renda (DIEESE, 2012).

Posteriormente, o DIEESE atribui à década de 2000 como a “Década da formalização do trabalho” no Brasil, demonstrando a correlação entre crescimento do PIB e expansão dos empregos formais, conforme demonstrado na quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Evolução do crescimento da Economia Brasileira – 2000 a 2009

Ano	Taxa	Fato relevante
2001	1,3%	Baixo crescimento da Economia.
2002	2,7%	Não houve geração de empregos para atender às necessidades da força de trabalho. Assinatura do Acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI (PED, 2003 <i>apud</i> DIEESE, 2012).
2003	1,1%	Taxa média de desemprego de 20,8%, medida em cinco regiões metropolitanas e no Distrito Federal (PED, 2003 <i>apud</i> DIEESE, 2012).
2004	5,7%	Retomada do crescimento da Economia.
2005	3,2%	Fim do Acordo com o FMI e elevação dos juros ao longo do ano.
2006	4,0%	Superávit Comercial e expansão das exportações.
2007	6,1%	Foi mantido o ritmo de crescimento da economia brasileira.
2008	5,2%	Crise internacional afetou o ciclo de crescimento recente da economia brasileira. Recessão mundial.
2009	4,6%	Retração da Economia Brasileira. Decorrência direta da maior crise do capitalismo nos últimos 80 anos.

Fonte: DIEESE (2012). Adaptado pelos autores.

Conforme o estudo do DIEESE (2012), o Brasil em pouco mais de 40 anos tornou-se uma oportunidade ou um bônus para o “enriquecimento”, associado ao acúmulo de riqueza que pode vir do aumento temporário na proporção de pessoas em idade ativa, por meio de iniciativas que dinamizem o mercado de trabalho e garantam educação, saúde e perspectivas de aposentadoria digna para os atuais e futuros trabalhadores.

O momento atual é de otimismo quanto às perspectivas de o país entrar em rota de desenvolvimento com inclusão social e maior igualdade de renda. Os desafios e os obstáculos ainda são grandes, mas as condições demográficas e do mercado de trabalho são muito propícias (DIEESE, 2012).

O movimento de recuperação do mercado de trabalho ao longo da primeira década do século XXI foi reforçado por um conjunto de políticas públicas como: valorização do salário mínimo, o programa Bolsa Família, a política de crédito consignado em folha e a ampliação do acesso aos benefícios da Previdência e assistência social, contribuindo para o aumento do consumo interno, expansão da renda, aumento do emprego e a expansão do emprego formal com carteira assinada (DIEESE, 2012).



Na análise do DIEESE (2012), sob a perspectiva setorial, na primeira década deste século o mercado de trabalho registrou 2,6 milhões de ocupações no setor de serviços, seguido pelo comércio, com mais de 593 mil postos de trabalho. Na indústria, houve criação de quase 400 mil postos de trabalho. A Construção Civil abriu 333 mil vagas aproximadamente e nos Serviços Domésticos foram abertas 128 mil vagas.

O ritmo de crescimento mostrou-se diferente para os setores, com uma maior participação do setor de Serviços. A indústria nacional apresentou uma recuperação consistente de postos de trabalho entre 1999 e 2009, decorrente da combinação de diversos fatores e de medidas adotadas na década de 1990 tanto no plano macroeconômico, quanto no microeconômico (DIEESE, 2012).

No período de 2001 a 2012, o mercado de trabalho brasileiro passou por grandes transformações e aponta para uma redução do desemprego. Entender esse processo no contexto territorial, sobretudo em uma realidade urbana complexa como a Região Metropolitana de São Paulo, é um importante desafio de pesquisa (SEADE-DIEESE, 1ª Análise, 2013).

Segundo Maria Helena Guimarães de Castro, do corpo editorial da 1ª Análise do SEAD-DIEESE (2013), os temas divulgados englobam aspectos econômicos sociais e de interesse geral, com o objetivo de auxiliar na formulação de políticas públicas e oferecer informação qualificada ao meio acadêmico e de pesquisa aplicada, por meio de abordagem analítica preliminar de temas de interesse científico ao suscitar pautas sobre questões relevantes para a sociedade.

### **3. METODOLOGIA**

O presente estudo é definido como exploratório, com o propósito de ampliar o conhecimento sobre o assunto tratado e contribuir para futuras pesquisas por meio da identificação da produtividade acadêmica. Trata-se de análise bibliométrica com a finalidade de investigação em bases de dados nas áreas de Administração e Ciências Sociais, visando ao levantamento de publicações científicas como teses, dissertações e artigos em instituições e portais nacionais, a exemplo da Capes, Anpad e Scielo, bem como no âmbito das bibliotecas físicas e digitais de teses e dissertações da USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, UMESP – Universidade Metodista (São

Bernardo do Campo), UFABC – Universidade Federal do ABC e USP – Universidade de São Paulo, todas localizadas na Região Metropolitana de São Paulo, no período de 1984 a 2012.

O critério de busca utilizado para a pesquisa foi a combinação dos seguintes termos ou “palavras-chave”: a) “políticas públicas” + “ABC”; b) “mercado de trabalho” + “ABC”; c) “políticas públicas + mercado de trabalho + ABC”.

Segundo Wormell (1998), o campo da bibliometria (PRITCHARD, 1969 *apud* GUEDES, 2005) inclui os aspectos quantitativos e os modelos da comunicação científica, armazenamento, disseminação e recuperação da informação científica. A bibliometria permite mapear e gerar diferentes indicadores de tratamento e gestão da informação e do conhecimento para o planejamento, avaliação e gestão da produção acadêmica científica. Possibilita o levantamento e análise da frequência de ocorrência de termos ou palavras-chave dentro de determinado critério, e também pode ser utilizada como instrumento quantitativo que permite a indexação e recuperação das informações sobre determinada área ou assunto.

De acordo com Goffman (1966), a bibliometria permite estimar os níveis de importância de diferentes linhas de pesquisa, em determinada área do conhecimento e avaliar o comportamento dessas linhas de pesquisas. Também apresenta subcampos com conceitos individuais como informetria, cientometria e tecnometria, configurando terminologias em formação.

O presente estudo utilizou os seguintes procedimentos metodológicos: a) pesquisa em portais e periódicos acadêmicos que apresentavam as palavras-chave selecionadas para este estudo; b) coleta de dados por meio da seleção e indexação das publicações que atendiam aos critérios estabelecidos, quanto à combinação das palavras-chave, formando a base de dados para a análise; c) análise bibliométrica das publicações indexadas e categorizadas; d) registro das informações em um banco de dados informatizado, por intermédio da utilização dos softwares Excel e SPSS; e) descrição dos dados obtidos; f) análise dos resultados.

O universo da pesquisa foi composto pelo levantamento de 231 registros, que formaram um banco bibliométrico, composto por 26 veículos de publicação, no período de 1984 a 2012. A partir desse banco foram selecionadas 70 publicações científicas (artigos, dissertações ou teses) como universo da pesquisa, por atender aos critérios especificados para os termos ou palavras-chave do presente estudo: “políticas públicas +

região do ABC”, “mercado de trabalho + região do ABC”, “políticas públicas + mercado de trabalho + ABC”.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto à produtividade científica, foram encontradas, portanto, 70 publicações nas 26 instituições ou bases de dados selecionadas para este estudo, no período de 1984 a 2012, conforme demonstra a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Veículo de Publicação x Tipo de Publicação

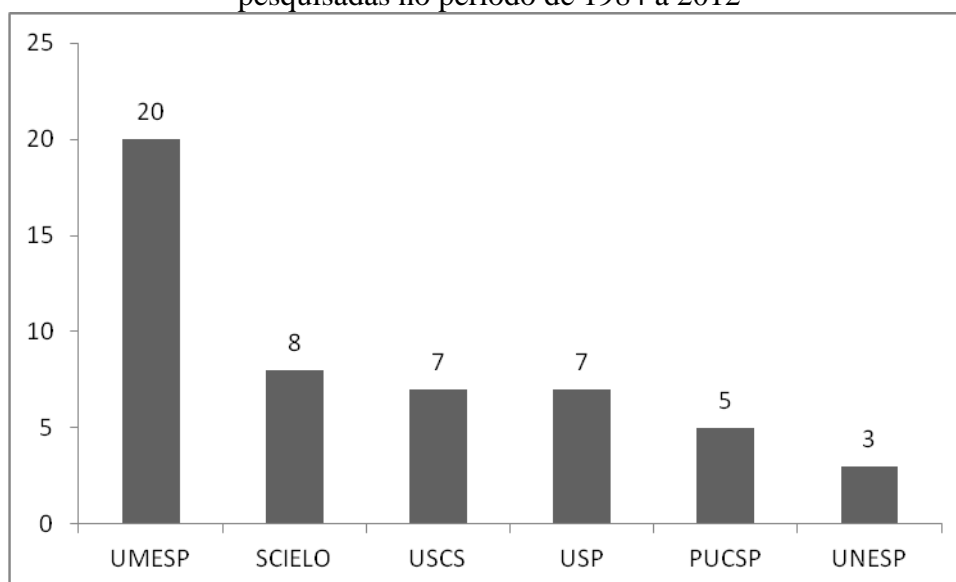
Veículo de Publicação	Tipo de publicação				
	Artigo	Dissertação	Tese	Total	%
ADENAUER	1	0	0	1	1,43%
ANPAD	1	0	0	1	1,43%
ESTUDOS	1	0	0	1	1,43%
FACCAMP	1	0	0	1	1,43%
FEE	1	0	0	1	1,43%
LASA	1	0	0	1	1,43%
PR-GOV-BR	1	0	0	1	1,43%
PUCMINAS	1	0	0	1	1,43%
PUCSP	5	0	0	5	7,14%
REGEN	1	0	0	1	1,43%
REID	1	0	0	1	1,43%
SCIELO	8	0	0	8	11,43%
UFABC	0	1	0	1	1,43%
UFMA	1	0	0	1	1,43%
UFMG	1	0	0	1	1,43%
UFSC	1	0	0	1	1,43%
UFU	1	0	0	1	1,43%
UMESP	5	1	14	20	28,57%
UNALMED	1	0	0	1	1,43%
UNESP	3	0	0	3	4,286%
UNIJUI	1	0	0	1	1,43%
UNIOESTE	0	1	0	1	1,43%
UNISC	1	0	0	1	1,43%
UNIVERCIENCIA	1	0	0	1	1,43%
USCS	0	6	1	7	10,00%
USP	5	1	1	7	10,00%
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>70</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Banco bibliométrico. Elaborado pelos autores.

As seis bases do conhecimento mencionadas representaram, portanto, mais de dois terços da produção científica levantada (50 publicações ou 71,43% do universo estudado). As demais instituições ou bases de dados contribuíram individualmente com apenas uma publicação cada, totalizando pouco menos de 30% do universo pesquisado.

Observa-se que a Universidade Metodista (UMESP) foi a instituição que teve o maior número de publicações (20), com 5 artigos, 1 dissertação e 14 teses, e representando 28,57% do universo de publicações. Seguem-se o portal Scielo com 8 artigos (11,43%), além das bibliotecas eletrônicas da USCS e da USP com 7 publicações cada (10%), da PUC-SP com 5 artigos publicados (7,14%), e da UNESP com 3 artigos (4,29%), conforme demonstra a Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Ranking das instituições que mais publicaram com as palavras-chave pesquisadas no período de 1984 a 2012



Fonte: Banco bibliométrico. Elaborado pelos autores.

Quanto ao tipo de publicação, verifica-se que 62,9% da produção se referem a artigos em periódicos, enquanto as teses representam 22,9% e as dissertações apenas 14,3% do universo estudado, como sistematizado na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Tipo de publicação

Tipo de publicação	Frequência	Percentual
Artigo	44	62,9
Dissertação	10	14,3
Tese	16	22,8
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco bibliométrico. Elaborado pelos autores.

A evolução cronológica das publicações pode ser observada de forma mais significativa e acelerada a partir de 2005, conforme demonstra a Tabela 3 a seguir, posto que o período anterior ao ano de 2005 concentra apenas 12,86% das publicações encontradas. Os anos de 2009 e 2011 são os de maior frequência, com 15,7% das publicações, considerando ainda que os dados obtidos contemplaram as publicações apenas do primeiro semestre de 2012.

Tabela 3 – Frequência Simples por Ano de Publicação

Ano	Frequência	Percentual
1984	1	1,43
1998	1	1,43
2002	6	8,57
2003	1	1,43
2005	6	8,57
2006	6	8,57
2007	9	12,86
2008	9	12,86
2009	11	15,71
2010	7	10,0
2011	11	15,71
2012	2	2,86
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco bibliométrico. Elaborado pelos autores.

Como se pode observar no referencial teórico, a partir dos anos de 1990 a região do ABC inseriu-se no processo de reestruturação produtiva global e foi impulsionada a criação de instâncias institucionais com o objetivo de propor alternativas e novas estratégias regionais de desenvolvimento. Pode-se perceber que a área de pesquisa científica não acompanhou esse processo, pelo seu baixo desempenho.

Já na década de 2000, com o crescimento do PIB e a expansão dos empregos formais, observou-se o aumento a partir de 2002 de publicações de estudos científicos das categorias analisadas como coadjuvante do processo de desenvolvimento.

Conforme tabela 3 pode-se observar um crescimento nas publicações científicas, saindo de 12,9% em 2008 para 15,71% em 2009, o que pode indicar que o crescimento de diferentes setores econômicos contribuiu para que as pesquisas acadêmicas se desenvolvessem.

No que diz respeito ao veículo de publicação, a Tabela 4 a seguir mostra a distribuição por palavras-chave, e o levantamento de dados aponta para a forte participação da Universidade Metodista (UMESP – São Bernardo), representando 28,6% do total de publicações consideradas.

Tabela 4 – Veículo de publicação por palavras-chave

<b>VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>MT+ABC</b>	<b>PP+ABC</b>	<b>PP+MT+ABC</b>	<b>TOTAL</b>
ADENAUER	0	1	0	1
ANPAD	0	1	0	1
ESTUDOS	1	0	0	1
FACCAMP	0	1	0	1
FEE	0	0	1	1
LASA	0	1	0	1
PR-GOV.BR	0	1	0	1
PUCMINAS	0	1	0	1
PUCSP	0	5	0	5
REGEN	1	0	0	1
REID	0	1	0	1
SCIELO	5	3	0	8
UFABC	0	1	0	1
UFMA	0	1	0	1
UFMG	0	1	0	1
UFSC	1	0	0	1
UFU	1	0	0	1
UMESP	18	2	0	20
UNALMED	0	1	0	1
UNESP	0	3	0	3
UNIJUI	0	1	0	1
UNIOESTE	0	1	0	1
UNISC	0	1	0	1
UNIVERCIENCIA	1	0	0	1
USCS	5	2	0	7
USP	2	5	0	7
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>34</b>	<b>1</b>	<b>70</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

A coleta de dados também quantificou as publicações no período de 1984 a 2012 que atenderam ao critério das palavras-chave determinadas de acordo com o tipo de publicação, conforme a Tabela 5 (Tipo de publicação por palavras-chave), resultando que a expressão PP+ABC (“Políticas Públicas/ABC”) foi a de maior incidência, com 35 ocorrências, e representando 50,0% dos trabalhos considerados, seguida com muita proximidade pela expressão MT+ABC (“Mercado de Trabalho/ABC”), com 34 ocorrências.

Os tipos de publicações com a utilização da palavra-chave MT + ABC representaram 21,43% para artigos publicados, 8,57% em dissertações e 20,00% em

teses. A publicação de periódicos com a utilização da palavra-chave PP + ABC, representou 1,43% para artigos publicados, 5,71% em dissertações e 2,86% em teses. A combinação das palavras-chave PP + MT + ABC só foi verificada em 1,43% de artigos, não tendo sido apresentada em dissertações ou teses no período analisados conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Tipo de publicação por palavras-chave

<b>TIPO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>MT+ABC</b>	<b>% em relação ao total</b>	<b>PP+ABC</b>	<b>% em relação ao total</b>	<b>PP+MT+ABC</b>	<b>% em relação ao total</b>	<b>TOTAL</b>	<b>% em relação ao total geral</b>
ARTIGO	15	21,43%	28	40,00%	1	1,43%	44	62,86%
DISSERTAÇÃO	6	8,57%	4	5,71%	0	0,00%	10	14,29%
TESE	14	20,00%	2	2,86%	0	0,00%	16	22,86%
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>50,00%</b>	<b>34</b>	<b>48,57%</b>	<b>1</b>	<b>1,43%</b>	<b>70</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se afirmar que as palavras-chave selecionadas para este estudo apresentaram uma maior incidência em artigos publicados, com 62,86% de utilização com as teses, e as dissertações representando 22,86% e 14,29%, dos trabalhos levantados, respectivamente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou observar que a publicação científica na área de Políticas Públicas para o Mercado de Trabalho no ABC é representada na sua maioria por artigos de periódicos e que a Universidade Metodista, localizada em São Bernardo do Campo, é a instituição que mais pesquisa e publica nessa área, sugerindo que as outras instituições, importantes e até ligadas diretamente com a região do ABC apresentam uma quantidade menor de estudos.

Este estudo observou ainda limitações para a coleta de dados nas bases de dados das instituições que não permitiam a exportação dos dados pesquisados. Outra limitação do estudo refere-se à análise qualitativa e sugere que outras categorias poderiam ser exploradas, incentivando assim o desenvolvimento de pesquisas científicas pelas instituições acadêmicas que ofertam programas de mestrado e doutorado na região do Grande ABC, como contribuição aos agentes provedores de políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

AZEREDO, B.; RAMOS, C. A. Políticas públicas de emprego: experiências e desafios. **Planejamento e políticas públicas**, n. 12, p. 92-115, jun./dez., 1995.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **A hora da igualdade: brechas por fechar, caminhos por abrir: Crise, pós-crise e mudança de época: entre os limites do desenvolvimento e o desenvolvimento a que nos propomos**. Santiago. Cap. I. 2010.

CEPAL/PNUD/OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. 176p.

CONCEIÇÃO, J. J.; PAULA R. T. A; ANAU R. V. Desenvolvimento Econômico e Indicadores. **ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 2, n. 2, p. 168-183, 2010.

DEDECCA, C. S. Emprego e Qualificação no Brasil dos anos 90. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org.). **Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1998.

DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. – São Paulo: DIEESE, 2012.

GOFFMAN, W. **Mathematical approach to the spread of scientific ideas: the history of mast cell research**. *Nature*, [s.1], v. 212, p. 449-452, out. 1966.

GUEDES, V., BORSCHIVER, S. **Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica**. In: CINFOM – VI Encontro Nacional de Ciência da Informação. Salvador-Bahia, p. 2-18, 2005. Disponível em: <http://www.feg.unesp.br>. Acesso em: 14, dez., 2012.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F.; (org.) Guimarães, T. A. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análises**. Cap. I: Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2. ed., 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**.

MARX, K. **Introdução à contribuição para a crítica da economia política**. 1859.

Disponível em:

<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/introducao.htm>. Acesso em: 10, out., 2013.

MENDONÇA, L. J. V. P. Políticas sociais e luta de classes: uma crítica a Amartya Sen. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 65-73, jan./jul. 2012.



MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO do Brasil. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em: 14, dez., 2012.

OLIVEIRA, R. V. Desenvolvimento das políticas públicas de emprego no Brasil e os dilemas da participação e controle sociais. **Espaço do Currículo**, v. 2, n. 1, p. 44-73, mar./set. 2009.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 348-349, dez. 1969.

RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J.; CONCEIÇÃO, J. J. Reestruturação industrial, sindicato e território – Alternativas políticas em momentos de crise na região do ABC em São Paulo – Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 85, jun. 2009: 147-167.

SEADE-DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego na região do ABC**. PED ABC, ago. 2012. São Paulo.

SEADE (SP). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. O emprego e a mobilidade do trabalhador na Região Metropolitana de São Paulo. **1ª Análise Seade**, n. 4, jul. 2013. p. 1-28.

SECCHI, L. **Políticas Públicas – Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

WORMELL, I. Informetria: explorando bases de dados como instrumentos de análise. **Ci. Inf., Brasília**, v. 27, n. 2, p. 210-216, mai./ago. 1998.